

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O esvaziamento Econômico do Rio de Janeiro e a
perda da capitalidade**

PEDRO DE VASCONCELLOS COSTA
Matrícula nº: 103087905

ORIENTADOR (A):
Prof. Dr. René Louis de Carvalho

DEZEMBRO DE 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O esvaziamento Econômico do Rio de Janeiro a partir
da perda da capitalidade**

PEDRO DE VASCONCELLOS COSTA

Matrícula nº.: 103087905

E-mail: pedrocosta@ufrj.br

ORIENTADOR (A):
Prof.Dr. René Louis de Carvalho

DEZEMBRO 2010

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

Dedico este trabalho aos meus avós, que tanto contribuíram para minha formação, me dando todo o apoio para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente, agradeço à minha família pelo apoio e estímulo, que foram de extrema importância para a conclusão deste trabalho.
- Aos meus amigos do Instituto de Economia da UFRJ pelo companheirismo e amizade durante o curso e por todas as reuniões extracurriculares realizadas na faculdade.
- Ao Professor René Louis de Carvalho pelo amparo com que me recebeu na finalização desta etapa de minha vida.
- A Deus por ter me dado saúde para realizar o presente trabalho e por ter me dado o privilégio de nascer na Cidade Maravilhosa.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos sofridos pela economia fluminense durante o século XX, especialmente após a perda do status de capital do Brasil. Explicitamos duas correntes principais de pensamento econômico referentes à perda da centralidade, uma que afirma que essa desencadeou um processo de crise na cidade enquanto outra prefere considerar que esse fenômeno apenas revelou uma crise já existente. Tentaremos estabelecer uma linha de pensamento entre esses dois extremos em que se concentra a literatura econômica. Deste modo, realizou-se um estudo histórico sobre a cidade até os dias atuais e a partir desse posicionamento da cidade dentro do cenário nacional, explicitamos os fatos mais importantes ocorridos principalmente nos campos econômico e político. Salienta-se o caminho percorrido nos setores industrial, portuário e logístico pela economia carioca, visando uma melhor compreensão dos fatores que levaram a cidade ao longo do último século a uma perda de importância de sua economia, com destaque para o fraco desempenho de seu setor industrial. Feito isso são demonstradas algumas características dos governos estabelecidos após a transferência da capital para a cidade de Brasília, expondo-se as características que foram comuns a esses e que de alguma forma teriam contribuído para o esvaziamento real enfrentado pelo Rio de Janeiro durante a década de 1980.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – História do Rio de Janeiro.....	9
I.1 – Conceituações históricas.....	9
I.2 A indústria carioca.....	18
CAPÍTULO II – Impactos da mudança da capital.....	21
II.1 A perda de capitalidade e a literatura econômica	21
II.2 Análises sobre os efeitos da perda da capitalidade.....	22
II.3 As questões institucionais e o Estado da Guanabara.....	25
II.4 Impactos sobre a renda regional.....	29
II.5 A composição do emprego por ramo de atividade.....	33
CAPÍTULO III– Características administrativas.....	36
III.1-O Governo Provisório e os governadores subsequentes.....	36
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

O tema relativo aos impactos econômicos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro tem sido objeto de vários estudos, o entendimento do que aconteceu com a cidade no decorrer do último século, onde incluso ocorreu à perda de capitalidade em 1960, possui extrema importância para o desenvolvimento tanto da cidade quanto do próprio país, visto que a história do Rio de Janeiro muitas vezes se confundiu com a história do Brasil, o que pode ser atribuído a cidade sempre ter tido um papel central dentro do país como eixo logístico-econômico-militar.

Na análise dos eventos ocorridos na cidade, a literatura econômica existente acaba, de uma maneira geral, oscilando entre duas correntes quando analisa a mudança da capital, por um lado existe um grupo de pesquisadores que considera a perda da centralidade um fator revelador da crise que vinha se desenvolvendo ao longo de todo século XX e por outro um que coloca a perda da capitalidade como um fator central para a ocorrência da crise que afetou o Rio de Janeiro principalmente na década de 1980.

O estudo das questões econômicas da ex-capital federal e principalmente dos desdobramentos sobre seu ambiente econômico da transferência da sede de governo para Brasília é feito na presente análise partindo-se do descobrimento do Brasil por Portugal em 1500, apontando-se como foi atribuído à cidade um caráter distinto das outras unidades da federação e como isso foi criando uma noção de centralidade que viria continuamente sendo acentuada e reforçada.

Á partir disso foi se desenvolvendo e serão explicitadas aqui, algumas características típicas da cidade e que explicam o futuro impacto da transferência da capital sobre ela, discutindo-se se esse acontecimento revelou ou desencadeou a crise ou se foi uma mescla dos dois fenômenos.

Assim, iniciaremos o capítulo I expondo o desenvolvimento do território carioca, como área central do país a partir de sua ocupação inicial como vila de São Sebastião, ressaltando os principais eventos e acontecimentos ocorridos no decorrer dos séculos subsequentes e suas implicações para o desenvolvimento político e econômico encontrados na cidade as vésperas da transferência da capital.

O capítulo II tem como objetivo expor as principais correntes dominantes existentes dentro da literatura econômica sobre os efeitos gerados ou revelados pela mudança da capital. Discute-se a importância da transferência para o desenvolvimento e ocorrência de um enfraquecimento econômico da cidade durante as décadas de 1960 e 70 e de um esvaziamento real da economia carioca na década de 1980.

Além disso, são expostos os principais impactos sofridos pela economia local após a transferência da sede de governo e colocam-se as mais relevantes questões institucionais ocasionadas por esse importante evento e pela fundação de uma nova unidade constituída na figura do Estado da Guanabara. Feito isso, analisamos também os efeitos sobre a renda regional e o que a diminuição dessa causou sobre a cidade e seu desenvolvimento econômico imediato e futuro.

No terceiro capítulo são descritos alguns traços dos primeiros governantes que subiram ao poder após a ida da capital para fora da cidade. O objetivo dessa explanação é salientar as semelhanças entre suas ações que levaram ao enfraquecimento da indústria carioca, o que teria seu ápice com a crise da década de 80.

São mostrados alguns estudos que foram produzidos a época e que constituíram a base teórica das ações empreendidas pelos governantes durante suas gestões. Além disso, mostramos que os governos que se seguiram até os dias atuais trariam entre si semelhanças que também proporcionariam resultados maléficis para o desenvolvimento e crescimento da cidade.

Assim nossa finalidade é efetuar uma análise dos reais efeitos da transferência da capital sobre a cidade do Rio de Janeiro e comparar nossos resultados de forma crítica com a literatura existente sobre o evento. Para atingir tal objetivo vamos explicitar a trajetória do Rio de Janeiro ao longo de sua história expondo suas peculiaridades e eventos mais importantes e analisar os impactos socioeconômicos gerados ou acentuados pela perda da centralidade sobre a cidade concluindo-se, a partir daí, qual foi o papel real da mudança da capital sobre o Rio de Janeiro.

CAPÍTULO I – HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo mostrar ao leitor, em sua primeira parte, como a partir de sua constituição inicial em 1565 a cidade do Rio de Janeiro foi obtendo um papel destacado dentro da estrutura do país e que essa centralidade viria sendo acentuada continuamente ao longo dos séculos seguintes dando a cidade um caráter distinto frente as outras unidades da federação.

Esse histórico de centralidade possuído pela cidade forjaria diversas das características inerentes a ela como o seu alto grau de urbanização, a baixa importância da agricultura em face da preponderância crescente do setor de serviços, forte presença e importância do setor público como agente transformador e fomentador das atividades desenvolvidas entre outras.

Em sua segunda parte foi realizada uma caracterização da trajetória percorrida pela indústria ao longo da história da cidade e como essa foi se comportando e moldando suas características frente às transformações que se processavam ao seu redor no espaço físico-político-econômico carioca. Ademais procuramos mostrar como atuava o empresariado local frente a todas as mudanças pelas quais passaria a cidade e o país como um todo principalmente do final do século XIX até a década de 90 do século XX.

I.1 – O estabelecimento da cidade do Rio de Janeiro

Fundada sob o nome vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, em primeiro de Março de 1565 por Estácio de Sá, e contando com um contingente populacional em torno de 150 pessoas, seu surgimento fazia parte de uma estratégia portuguesa que visava garantir a propriedade das terras a que tinha direito a partir do Tratado de Tordesilhas. Sua ocupação seguiu de maneira morosa ao longo do século XVI, tanto pelas dificuldades geográficas encontradas, quanto pelas constantes investidas francesas na região.

Como já destacado, a cidade sempre esteve ligada aos eventos de maior importância da história do Brasil, sendo no decorrer desta, sempre um ator central no desenvolvimento e expansão do país, já possuindo no período colonial importância econômica, estando inicialmente essa ligada à função portuária e de centro militar nacional.

Nesse momento, seria o Rio de Janeiro uma espécie de entreposto entre duas rotas, uma que ligaria a cidade à Europa, África e Ásia para importação de especiarias indianas, produtos europeus e principalmente para o tráfico negreiro e outra que ligaria o país a América Espanhola e que abasteceria a coroa com a prata obtida através do contrabando de escravos e produtos para a região da Prata do Peru. Por isso, a área portuária carioca sempre possuiu enorme importância e essa viria a ser reforçada no decorrer dos séculos subsequentes atrelada a função de “cidade-capital”.

Para LESSA (2000:103), foi o tráfico, combinado ao contrabando, que permitiu um “complexo virtuoso” de atividades para o fortalecimento econômico, essencialmente urbano, e seria o responsável por dar a cidade um status central pela primeira vez em sua história.

No decorrer do século XVII, as principais fontes de recursos comerciais do país eram o Pau-Brasil, a produção de farinha de mandioca e a expansão da cultura canavieira, sendo estes os elementos responsáveis pela expansão do povoamento e a criação e fortalecimento das figuras do proprietário de engenho e do comerciante exportador.

Tal centralidade muda de qualidade, em 1763, quando a atividade mineradora se expandiu de forma acelerada em Minas Gerais, gerando a necessidade da Coroa portuguesa efetuar um controle mais efetivo sobre a riqueza obtida através da mineração. Com isso a capital foi transferida por D. João VI de Salvador para o Rio de Janeiro.

Nessa época as demandas da região mineradora por escravos fazem com que o tráfico negreiro se intensifique e se multipliquem os fluxos comerciais internos e externos, acelera-se a acumulação mercantil. A transferência da capital para a cidade leva ao fortalecimento de sua centralidade, pois a partir desse momento a cidade além de ser o porto mais importante do Brasil incrementava grandemente suas funções logísticas dentro do país, impulsionando o seu desenvolvimento econômico.

A vinda da capital para a cidade ocasionou mudanças claras no caráter administrativo e político da região, além disso, demonstrou ao intensificar o processo de formação de um capital comercial que circularia e se acumularia no Rio de Janeiro uma característica peculiar da cidade, que seria a de a capitalidade influenciar de forma marcante a dinâmica econômica, estando os dois fenômenos entrelaçados na sua formação histórica.

Para viabilizar o crescimento físico da cidade, que estava atrelado ao seu crescimento

econômico, foram necessárias obras de adequação do solo uma vez que a topografia da região nunca foi propícia a ocupação, estava a referida vila cercada por morros e tendo em sua área de planície um charco, sendo necessário que fossem realizados sucessivos aterros e drenagens para viabilizar sua ocupação e conseqüente expansão.

Nesse período o Rio de Janeiro era uma cidade que se encontrava limitada pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição e por conta disso possuía um espaço bastante restrito e de difícil assentamento populacional.

As dificuldades topográficas que geravam elevados custos para possibilitar a ocupação do solo foram superadas, uma vez que, a cidade já havia obtido uma importância diferenciada dentro do cenário nacional e ocupá-la de forma mais intensa fazia-se necessário. No entanto, a precariedade dos meios de locomoção além da necessidade de defesa existente fazia com que o padrão de ocupação do solo fosse altamente concentrado na cidade.

Sobre o modelo carioca temos:

“O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole com o núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infra-estrutura à medida em que se afastam do núcleo , e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda.” (ABREU 2008:17):

E complementa:

“O núcleo concentra as funções centrais (econômicas, administrativas, financeiras e culturais) da Área Metropolitana. Apresenta os melhores padrões de infra-estrutura urbanística e de equipamento social urbano, (...) ter como residentes principalmente representantes das classes média e alta da Metrópole (...)”(ABREU 2008:25)

Ao mesmo tempo a expansão e os avanços das guerras Napoleônicas acabariam dando mais um “presente” a cidade, uma vez que foram as responsáveis pela vinda em 1808 da família Real e de mais 15 mil portugueses para a cidade do Rio de Janeiro.

A vinda da família real para o Brasil foi responsável pela ocorrência de um surto manufatureiro, uma vez que essa levou a revogação da proibição de instalação de manufaturas em solo nacional. A partir disso as primeiras unidades fabris se estabeleceriam no Rio de

Janeiro devido ao fato de que aqui se encontrava o distrito federal, já havia alguma infraestrutura e vida financeira.

Esse acontecimento mudaria fortemente também a rotina na região uma vez que permitiu a instalação na cidade do Banco do Brasil, da Real Biblioteca de Língua Portuguesa, promoveu um incremento no número de livrarias, apoio formal ao estudo das belas artes e a realização de eventos culturais de todo tipo, muito comuns na Europa e, no entanto completamente novos para o país.

Cabe ainda salientar que a fundação do Banco do Brasil seria o início de um processo de consolidação da cidade como sede financeira do Brasil e ao mesmo tempo como destino das maiores e mais importantes empresas públicas operando em território brasileiro. Esses dois pontos têm elevada importância no direcionamento da indústria local a satisfação de suas necessidades, visto que seus funcionários possuíam estabilidade e bons níveis de renda.

Em 1822 ocorre a declaração da Independência brasileira e a então sede da colônia desde 1763, torna-se agora a sede do Império. Decorrente da constituição de um Estado Nacional que viria acompanhado pela quebra do monopólio metropolitano ocorreria um grande fomento as atividades comerciais.

Pouco tempo depois em 1834 a cidade é elevada a condição de Município-Neuro, essa mudança viria a estabelecer de uma vez por todas o status quo da cidade como cidade-capital do Brasil e seguiria fazendo com que as benfeitorias e investimentos do Governo Federal fossem majoritariamente realizados em seu espaço físico.

A elevação fez com que a cidade passasse a ser institucionalmente diferenciada das demais províncias constituindo-se em um território único dentro do país. Por conta disso Niterói passa a ser a nova capital da província.

Á partir dessa transformação, a cidade ficou incumbida às funções administrativas e as referentes à sua consolidação como núcleo urbano central do país oferecendo uma grande quantidade de serviços que davam suporte à comercialização e financiamento da atividade agro-mercantil. Ao mesmo tempo, ao interior fluminense coube o papel de produtora primária, fortemente ligado a utilização da mão de obra escrava em grandes latifúndios.

Durante o século XIX o desenvolvimento do complexo cafeeiro na região (que teve

seu apogeu de 1850-1870), foi um processo possibilitado pela acumulação mercantil proveniente do grande comércio efetuado na época no Rio, sendo um prolongamento de sua prosperidade, que seria decorrente em grande parte da capitalidade. Além disso, a cultura utilizava-se de mão de obra escrava relativamente abundante e de uma facilidade de obtenção de mão de obra através da migração interna, de instalações portuárias para escoamento da produção e com uma razoável infra-estrutura. Além disso, nesse período o café contava com uma demanda mundial crescente pelo produto.

Para uma grande gama de pesquisadores e destacadamente em Lessa (2000:103) a cafeicultura representou para o Brasil seu mais importante momento econômico no período anterior à industrialização sendo a atividade responsável por “injetar densidade econômica ao interior fluminense”.

Os cafeicultores participaram ativamente no estabelecimento de diversos ramos da indústria nacional no final do século XIX, no entanto foi também destacado nesse processo o papel dos importadores e dos imigrantes na formação da burguesia industrial nacional.

Também pode ser atribuída ao cultivo, importante participação (juntamente com a capitalidade possuída pela cidade) no processo de transformação da cidade do Rio de Janeiro em um importante local de concentração do capital mercantil e a partir daí sua constituição como centro financeiro do país. Nessa época encontrava-se na cidade a única bolsa de valores operando no país, assim como as sedes dos mais importantes bancos nacionais e estrangeiros.

No entanto, o auge da produção cafeeira no Rio de Janeiro seria um processo efêmero visto que as terras do Vale do Paraíba foram usadas de maneira intensiva sem preocupações com o esgotamento das mesmas. Ocorre em 1860 a proibição do tráfico de escravos (o que viria elevar os custos da mão de obra) e ocorre a expansão da malha ferroviária do país permitindo assim que a produção de café se desloque rumo ao interior em busca de condições mais adequadas ao seu cultivo aliadas a menores custos.

No período compreendido entre os últimos 30 anos do século XIX e os primeiros anos do século XX ocorreu uma expansão acelerada da malha urbana da cidade e a expansão de meios de transporte de massa como os bondes e os trens. Aos primeiros estava atribuído o papel de possibilitar o povoamento de áreas nobres e centrais da cidade enquanto ao segundo estava atribuída a função de possibilitar a ocupação de áreas cada vez mais longínquas e até então rurais pelo proletariado urbano.

Esse deslocamento das massas para pontos cada vez mais longínquos dentro do espaço urbano seria uma tendência marcante da cidade e a eliminação dos cortiços localizados na área central, e conseqüentemente mais valorizada da cidade, seria uma meta permanente do governo.

“(…) Destaca-se aí a administração do Prefeito Barata Ribeiro que , em 1893, empreendeu verdadeira guerra aos cortiços, (...). Começava aí um processo de intervenção direta do Estado sobre a área central da cidade, que viria a se intensificar sobremaneira a partir do início do século, e que seria responsável pelo aumento da estratificação social do espaço carioca. (...)” (ABREU 2008:50).

Em sete de setembro de 1889 ocorre à proclamação da República e dois anos depois em 1891 mais uma vez a cidade do Rio de Janeiro é constituída como capital só que dessa vez da República, alterando mais uma vez sua posição político-administrativa. A “recém fundada” capital da República passaria a ser um espaço onde estaria presente o que de mais moderno havia no país referente aos serviços públicos como iluminação elétrica, telefone, serviços de bonde, de gás e esgoto além é claro da própria rede ferroviária.

Nessa época o Rio de Janeiro por ser a porta de entrada do país e por possuir grandes contingentes de estrangeiros (de portugueses, principalmente vindos junto com a família Real) fez com que a cidade seguisse padrões comportamentais e culturais europeus que só viriam a ser questionados e abolidos em nome da valorização da cultura nacional já no século XX através de uma excelente safra de escritores nacionais tais como Graciliano Ramos, Monteiro Lobato entre outros e de eventos como a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo.

Desde o início de sua ocupação até princípios do século XX, a cidade do Rio de Janeiro conseguia canalizar de maneira proveitosa as vantagens de ser historicamente a “cidade-capital” do Brasil e esse fato se ligaria de forma cada vez mais intensa e acentuada a sua dinâmica econômica. Á partir disso ocorria em seu território de forma concomitante o desenvolvimento da infra-estrutura urbana que a fortalecia como núcleo urbano e sua expansão industrial.

A condição alcançada pelo Rio de Janeiro através da presença em seu território do comando administrativo federal, fez com que no setor financeiro, aqui viessem a se localizar as sedes dos principais bancos públicos do país. Tal fato era um forte fator de atração para o capital financeiro privado que ao ingressar no país também viria a se instalar na região. No entanto essa atração baseada em um fator transitório como a capitalidade levou a que uma vez

fosse essa perdida, com a conseqüente transferência da sede do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para a nova capital, não existissem mais bases tão fortes para justificar a presença do capital financeiro privado na cidade.

Outro problema estava em que o acelerado processo de urbanização foi acompanhando por um desenvolvimento industrial que embora possuísse dentro do cenário nacional a vanguarda em setores ligados à atividade têxtil, metalurgia, alimentação e química, sendo de um modo geral bem diversificada, essa estava constituída por frágeis segmentos industriais que atendiam o mercado local. Ocorreu na cidade até 1870 um desenvolvimento industrial que era realizado de forma restrita e em eventos que não eram contínuos. Além do mais, a expansão industrial ocorria concomitantemente um amplo emprego de mão de obra escrava e uma excessiva concentração de renda que freavam o desenvolvimento industrial da cidade.

Somente a partir do estabelecimento de um setor produtivo baseado na utilização de trabalho livre e em maquinário movido a força motriz é que haveria a expansão da economia de trocas e do mercado interno de consumo e de trabalho.

O setor industrial era formado majoritariamente, por exemplo, por pequenas manufaturas e por poucos estabelecimentos industriais orientados para o mercado nacional sendo esse comércio realizado majoritariamente através da rede de cabotagem.

A existência de um predomínio do transporte de mercadorias através do sistema de cabotagem se deve a diversos fatores como: o fato do país possuir aproximadamente 8.000 km de extensão de costa e, além disso, as principais cidades, os pólos industriais e os centros consumidores concentram-se no litoral ou próximo a ele, é realizado em navios de pequeno porte o que diminui o investimento necessário a aquisição dos mesmos e por fim não há praticamente restrições no transporte de cabotagem quanto às mercadorias que podem ser transportadas.

Com todas essas vantagens esse tipo de transporte acabaria ganhando importância devido também ao fato de que o país a época ainda não possuía bons sistemas ferroviário nem tampouco rodoviário, tornando a cabotagem ainda mais vantajosa. Demonstração disso é que em 1951 a navegação por cabotagem segundo estudo realizado por Campos (2007) era responsável por 27,5% do transporte de mercadorias praticado no Brasil. Nas décadas seguintes, com o desenvolvimento principalmente do rodoviarismo, ocorre uma grande diminuição de sua importância na matriz de transportes tendo como ponto mínimo o ano de

1994, quando respondeu por apenas 10% da produção de transportes do país.

Esse processo de perda de importância do transporte marítimo ligando os portos nacionais leva a uma diminuição gradativa da importância do porto carioca que tinha como principal atividade essa modalidade de transporte.

“Foi durante os anos vinte que se iniciou a era rodoviária no Brasil. No final da década, a extensão total das rodovias brasileiras já era quase 4 vezes a rede ferroviária(...)”(SUZIGAN195:134)

A indústria, que se desenvolvia nessa época na cidade, era um exemplo claro de que o desenvolvimento econômico ocorrido no Rio de Janeiro vinha sempre a reboque de sua capitalidade, não havia um planejamento de Longo Prazo por parte do empresariado carioca visando tornar-se independente dos investimentos federais ou da renda proveniente de funcionários e empresas públicas. A capitalidade e as benesses a ela inerentes fizeram com que o empresariado carioca não aprendesse a caminhar com suas próprias pernas tornando-se, de um modo geral, dependente de investimentos e iniciativas geradas pelo poder público, e isso ocorria, mesmo sendo de conhecimento de todos que a elevação da cidade a capital da república possuía caráter transitório.

Essa falta de massa crítica por parte da iniciativa privada carioca durante praticamente toda sua história-econômica (salvo raras exceções como foi o caso do Barão de Mauá), fez com que o principal fundamento institucional da evolução da economia do estado fosse o apoio do governo federal através de incentivos, investimentos e atração direta de empresas públicas e privadas para a cidade. Essa característica não só é marcante na história da cidade como ainda pode ser vista atualmente 50 anos após a transferência da capital.

Foi nesse período inicial do século XX, que ocorreu na cidade um processo de modernização urbana promovido pelo então prefeito Pereira Passos cujo foco central era diminuir a concentração demográfica e das atividades industrial em torno do núcleo produtivo que a essa época estava localizado majoritariamente no centro da cidade, Zona Portuária e São Cristovão além promover uma melhoria nas condições de saúde pública.

Mesmo com essas melhorias de infra-estrutura promovidas, a cidade do Rio de Janeiro foi acentuando sua perda de importância industrial para a cidade de São Paulo, que soube aproveitar de maneira mais eficiente a capacidade instalada que possuía e também, em um

momento em que havia uma maior viabilidade para importação de máquinas ocorrido por volta de 1909 a 1913, soube investir em maquinário. Isso lhe possibilitou em 1920 ter um perfil industrial voltado para os setores mais novos e tecnologicamente mais adiantados e assim consolidar-se como o maior Pólo Industrial brasileiro.

Esse investimento por parte do empresariado paulista em maquinário novo e moderno, fez com que essa incrementa-se vertiginosamente seus ganhos de escala e de custos ao passo que a indústria carioca em diversos setores ia tornando-se ultrapassada tecnologicamente e operando com custos sensivelmente superiores.

Além disso, pode se afirmar que a força e diversidade existentes no setor agrícola paulista em face a debilidade de tal setor na economia fluminense, ofereciam um melhor embasamento para o desenvolvimento industrial uma vez que esse atuava como importante fornecedor de trabalho livre e matérias primas a indústria. Com isso, a concorrência foi tornando-se inviável principalmente nos setores tecnologicamente dinâmicos.

Vale destacar que de 1900 até 1920 a economia fluminense continuou sua trajetória de expansão e diversificação em diversos ramos como bebidas e o farmacêutico, por exemplo, o problema era que essa se fazia em ritmo inferior à média nacional e, notadamente, a média da economia paulista. Apesar da perda de liderança a indústria carioca seguia tendo um importante papel na economia carioca consolidando-se como importante elemento econômico da cidade no período.

Logo se pode perceber que o esvaziamento econômico ocorrido na região possuía caráter relativo e não real. Para Lessa (2000:138) a cidade do Rio de Janeiro (no início do século XX) perde a hegemonia industrial para São Paulo e, no entanto mesmo assim, parecia, "ter assinado um pacto com a eterna prosperidade".

No entanto no período pós 1930 as duas principais cidades se desenvolveriam de maneira totalmente distinta, enquanto São Paulo basearia seu crescimento em seu pujante e crescente setor industrial e na iniciativa privada o Rio de Janeiro manteria sua trajetória de evolução fortemente ligada à figura estatal que atuava como empresário e como componente autônoma da renda estadual. Essa configuração, só intensificou os impactos inerentes a uma transferência da capital para outra parte do Brasil, visto que a partir disso o gasto público e a massa salarial não seriam mais realizados em seu território com a mesma intensidade.

No que se refere à urbanização, essa segue caminho oposto ao percorrido pela área industrial na cidade, sendo continuamente acentuando seu caráter urbano. Tal fenômeno pode ser explicado pela combinação de três fatores principais que seriam: sua debilidade agrícola (principalmente após a derrocada do café e seu contínuo enfraquecimento), a forte presença do setor público e a presença do capital mercantil e financeiro que atuaram conjuntamente transformando a economia regional na mais urbanizada do país.

Conforme já explicitado, ocorre em 1906 uma grande reforma urbana realizada pelo então prefeito Pereira Passos que comandou no seu mandato um verdadeiro programa de reforma urbana na cidade. Neste programa abriu e ampliou diversas avenidas, proibiu a mendicância e demoliu uma série de cortiços.

“(...) foi importante em três outros aspectos. (...) representa um exemplo típico de como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, (...). Em segundo lugar, (...) primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano (...).

Finalmente o período Passos também se constitui em um exemplo de como as contradições do espaço ao serem resolvidas, (...) geram novas contradições (...).”(ABREU 2008:65).

Para o período Suzigan afirma:

“(...) a partir de 1903(..)” reerguimento econômico”.(...) se deveu unicamente ao fato de ter o Governo,(...)iniciado um extenso programa de investimentos públicos de infra-estrutura de transportes e de melhoramentos materiais na Capital Federal.”(SUZIGAN 1975:88).

Após tornar-se capital da República em 1891, a cidade seguiria nessa condição, que segundo a Constituição deveria ser temporária, até o ano de 1960. No entanto quando a capital transfere-se para o planalto central e a cidade do Rio passa a ser o estado da Guanabara, já era clara, principalmente no tocante ao setor industrial a diferença estrutural em relação a São Paulo.

Além disso, a indústria carioca e fluminense era em grande medida constituída por ramos tradicionais, como por exemplo, os bens de consumo direto: alimentares, têxteis, vestuário e calçados voltados para o mercado doméstico, mercado esse que seria enfraquecido através da diminuição da renda corrente na cidade após a transferência da capital. Ocorre uma

mudança de base quando durante o século XX a cidade e a antiga Província recebem substanciais injeções de gastos públicos, como se pode constatar através da criação da CSN em Volta Redonda, da Fabrica Nacional de Motores, da Companhia Nacional de Álcalis e a Refinaria Duque de Caxias.

No entanto cabe ressaltar, que a região ainda encontrava-se próspera no momento da perda de capitalidade, visto que era um importante centro de consumo, tinha sob seu controle o sistema viário nacional, contava com grande quantidade de serviços sofisticados e complexos e era a sede de diversas empresas públicas e centro financeiro do país.

I.2 A industrialização carioca

O processo de industrialização do Rio de Janeiro teve seu primeiro grande impulso com a chegada da corte portuguesa e o fim do exclusivo comercial, a partir daí na segunda metade do século XIX a cidade passa por vários períodos de expansão industrial. No entanto o que vemos como característica marcante seria uma alta dependência do comportamento e desempenho do setor agrário, sofrendo assim a atividade industrial com revezes consideráveis na sua capacidade de investimento quando havia alguma crise no setor agrário.

Além dessa alta dependência, a indústria carioca ainda enfrentava a falta de fontes regulares de energia elétrica, uma grande dificuldade na obtenção de mão de obra qualificada, a grande concorrência de produtos estrangeiros de maior qualidade, o fim da escravidão em alguns setores que se valiam desse expediente e pelas constantes epidemias que afetavam a mão de obra disponível.

Tal atividade encontrava-se até o principio do século XX concentrada no centro da cidade ou em suas imediações e era formada por pequenos estabelecimentos, para ABREU (2008:55) esses estabelecimentos que formavam a nossa incipiente indústria eram na verdade verdadeiros artesanatos visto que possuíam um baixíssimo nível de mecanização e que conseqüentemente absorviam grandes quantidades de mão de obra.

Logo após a proclamação da República intensifica-se um processo de espraiamento industrial principalmente em direção a São Cristovão que disponibilizava antigos casarões abandonados pela elite que agora migrava para a Zona Sul da cidade e também uma boa infra-

estrutura urbana visto que o bairro era um dos mais bem servidos em serviços públicos e ainda localizava-se próximo aos eixos ferroviários e aos portos da cidade.

Houve no final do século XIX uma grande multiplicação de fábricas que coincidiu com o fim do sistema escravista e a entrada dos imigrantes para suprir a falta de mão de obra. Esses imigrantes possuíam uma cesta de consumo mais diversificada e se inseriam no mercado consumidor carioca aumentando a demanda por diversos produtos industrializados e impulsionando de certa forma a produção industrial.

No período 1906-30 as indústrias se multiplicariam ainda mais pela cidade e se expandiriam em direção aos subúrbios. Estes por sua vez tiveram sua ocupação possibilitada principalmente pelo advento dos trens e a expansão industrial em sua direção atraiu grandes contingentes de mão de obra dando origem a diversas favelas no entorno industrial.

Segundo Abreu em seu clássico estudo temos:

“Resumindo, o período de 1906-1930 caracterizou-se pela notável expansão do tecido urbano do Rio de Janeiro, processo esse que se efetuou de maneira distinta no que se refere aos dois grandes vetores de crescimento da cidade. De um lado, a ocupação das zonas sul e norte pelas classes média e alta intensificou-se, e foi comandada, em grande parte, pelo Estado e pelas companhias concessionárias de serviços públicos. De outro, os subúrbios cariocas e fluminenses cada vez mais se solidificaram como local de residência do proletariado, que para aí se dirigiu em números crescentes. Ao contrário da zona nobre, entretanto, a ocupação suburbana se realizou praticamente sem apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando daí uma paisagem caracterizada principalmente pela ausência de benefícios urbanísticos (...)”(ABREU 2008:82).

CAPÍTULO II – IMPACTOS DA MUDANÇA DE CAPITAL

Introdução

Na primeira parte do capítulo II objetiva-se estabelecer as principais linhas de análise encontradas na literatura econômica acerca da perda da capitalidade e expor de que maneira essas correntes se posicionam sobre os impactos a que seria submetida à cidade após a transferência de capital para a cidade de Brasília.

A partir disso, a segunda seção expõe como foram afetadas importantes áreas da economia carioca como a portuária, a logística e a industrial, por exemplo, após a transferência. Em sua terceira seção é demonstrada como foi estabelecida a nova conformação institucional que passaria a vigorar no Rio de Janeiro uma vez transferida a capital para a cidade de Brasília.

Por fim as seções 4 e 5 buscam mostrar quais foram os impactos deste evento sobre a renda regional e como isso modificaria a composição do emprego nos ramos industrial agropecuário e de serviços.

II.1 A perda de capitalidade e a literatura econômica

Na literatura econômica os autores gravitam entre dois pontos principais quando o assunto é a causa das perdas econômicas sofridas pela cidade em todo século passado. Alguns, como Jorge Natal, acreditam que a cidade vem sofrendo um contínuo processo de esvaziamento econômico que vem de muito antes da transferência da capital, fato esse que só veio a revelar a perda de importância da cidade ao longo do século XX.

Para Ana Loureiro (2006:27), que compartilha da idéia de que a perda da capitalidade revelou a crise, por exemplo, tal processo de perdas reais se iniciou enquanto a cidade ainda possuía o status de capital federal e onde já estava em andamento um processo de avanço industrial do estado de São Paulo:

“Assim, paradoxalmente, o Rio se consolida como metrópole nacional ao mesmo tempo em que começa a perder posição relativa na produção do país, principalmente na produção industrial. Estavam estabelecidos os germes da sua perda futura de posição nacional.” (LOUREIRO, 2006:27)

No entanto para outros estudiosos como Mauro Osório (2005), a perda da centralidade

foi mais do que um fator revelador, sendo sim um fator desencadeador do processo de perda econômica e da centralidade logística. Na sua visão, a cidade que até então era o centro articulador do Brasil, teria sofrido uma fratura em sua dinâmica institucional com a transferência da capital e esse evento teria desencadeado uma série de estratégias equivocadas de desenvolvimento.

Para ele essa maneira errônea de encarar a realidade carioca teria sido fruto de um longo processo, gerado pelo histórico de capitalidade da cidade, que fez com que houvesse uma valorização dos problemas nacionais em detrimento dos temas locais que acabaram postos na maioria dos casos em segundo plano, ocorrendo assim um não entendimento da lógica local.

Segundo Peixoto (2004):

“Desta forma, a cidade do Rio de Janeiro possuía uma importante peculiaridade em seu meio político: enquanto lócus da política nacional, o Rio deveria ficar distante da pequenez das questões locais, se envolvendo em complexas discussões que determinariam o desenvolvimento nacional.” (PEIXOTO, 2004:20)

No presente trabalho, nosso objetivo é explicitar que se por um lado já estava havendo um processo de esvaziamento do Rio de Janeiro enquanto esse ainda era capital, tal processo foi apenas relativo e não real, conforme enfatizado sobre os dados de evolução do PIB Regional:

“(…) entre 1939 e 1980, o crescimento médio fluminense (6% a.a) não foi tão inferior ao nacional (7% a.a) e ao paulista (7,5% a.a). Ou seja, similarmente ao conjunto do país, o Rio de Janeiro experimentou excelente desempenho no período, o que atesta o perfil relativo do seu esvaziamento econômico.” (SILVA, 2004:35)

Existiram também diversos impactos diretos da transferência da capital que serão a seguir enumerados, que nos levam a crer, que atribuir a essa importante quebra institucional ocorrida em 1960 apenas um papel desmascarador de uma crise já gestada seria uma subestimação dos impactos reais causados pelo evento sobre a cidade.

Por outro lado tentaremos mostrar, que a literatura também muitas vezes superestima o papel da transferência da capital sobre a cidade, pois postula que essa desencadeou, deu início

a uma crise. No entanto, fica claro, que havia diversos outros fatores contribuindo para que o Rio de Janeiro enfrentasse severa crise na década de 80 e essa já vinha, como dito anteriormente, sendo processada (embora somente em caráter relativo frente aos outros estados da federação) ao longo do século XX devido a uma ampla gama de fatores e não só por conta da perda de capitalidade.

Logo, teremos como objetivo construir uma via alternativa a essas duas construções teóricas, que através da análise desenvolvida parecem ser visões extremas que ou subestimam ou superestimam os impactos da mudança da capital sobre a cidade do Rio de Janeiro, nossa meta é conceituar de uma maneira mais exata o que de fato ocorreu à cidade após a perda da capitalidade e para essa finalidade nos parece mais acertado construir um caminho intermediário entre as duas principais correntes de pensamento existentes.

II.2 Análises sobre os efeitos da perda da capitalidade

Em ambos os pontos de vista anteriormente salientados, no entanto, podemos encontrar características semelhantes (embora com variações de importância de seus efeitos entre elas) quanto aos impactos causados pela transferência de capital. Dentre estes pontos podemos destacar a perda da centralidade logística, perda de importância portuária e a mudança de sedes de empresas para São Paulo e para outras cidades, até então consideradas de segundo nível, após a mudança da sede de governo.

O processo de perda de centralidade logística é causado pelo aumento da importância de zonas portuárias como a de Santos e de Tubarão que passam por um processo de rápido crescimento em detrimento da zona portuária carioca, que vê sua importância relativa dentro do cenário brasileiro diminuir durante o século XX, o que se acentua após deixar de possuir o status de capital federal.

Anteriormente, a zona portuária do Rio de Janeiro era a principal porta de entrada e saída das mais rentáveis atividades desenvolvidas no país como, a atividade mineradora do século XVIII, a cafeeira no século XIX e como sede do governo central a partir de 1763, a Guanabara certamente usufruía de grande parcela do excedente gerado por essas atividades, assim como era a beneficiária, de significativamente grande parcela do gasto público.

Tinha como característica marcante o predomínio de atividades realizadas através da navegação de cabotagem que consiste no transporte de mercadorias por via marítima entre

portos interiores do Brasil. Segundo Robson Silva(2004), a importância regional da cabotagem seguiu alta, embora tenha apresentado consideráveis perdas de participação no período posterior a 1930.¹

Em 1939, os portos do Rio respondiam por 50,6% do valor transportando, por essa modalidade no país, percentual superior ao dos portos de São Paulo 30,7%. Após vinte anos e ainda desfrutando da capitalidade em seu território, a participação fluminense foi reduzida para 41,2%, enquanto a paulista havia aumentado para 36%. Ou seja, mesmo enquanto ainda era a capital do país a zona portuária carioca já vinha perdendo espaço para sua concorrente paulista.

Além disso, nesse período o país passa por um processo de expansão do número de rodovias, conforme salientado pelo estudo intitulado “A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro” (exposto a seguir), que ocorria através de investimentos estatais e que estava direcionada a pujante indústria paulista. Isso levou a uma ligação direta entre os centros consumidores e industriais o que abalou a função logística de centro distribuidor da região além de ter possibilitado o desenvolvimento de metrópoles até então secundárias em detrimento da indústria fluminense.

Da mesma forma que no transporte marítimo e rodoviário, o Rio foi perdendo centralidade também no aéreo (embora esse seja um fenômeno mais recente, que pode ser apontado como uma consequência das perdas nos transportes marítimos e rodoviários e do esvaziamento econômico pós-perda da capitalidade), deixando de ser a principal porta de entrada do país para os estrangeiros uma vez que o número de vôos internacionais destinados ao aeroporto Tom Jobim viria a ser fortemente ultrapassada pelos com destino ao aeroporto de Guarulhos em SP em 2003.

Ao mesmo tempo em que ocorria a perda da centralidade logística, se desenvolvia um processo de saída das sedes de grandes empresas que aqui estavam localizadas atraídas pela condição de capital federal pertencente ao território carioca. Condição essa que fazia com que, por exemplo, os principais bancos públicos do país entre outras grandes empresas estatais tivessem suas sedes na cidade. Com a perda da capitalidade muitas dessas sedes migrariam para Brasília e a partir daí não havia mais uma forte motivação para a presença do capital financeiro privado dentro do território carioca. Essa saída de grandes empresas e de grandes bancos impactou a organização do poder corporativo aqui estabelecido, além de ter causado

¹ A única região que aumentou sua participação relativa neste modal de transportes foi a amazônica.

uma diminuição no número de empregos ofertados nesses setores e conseqüentemente na renda corrente.

Por ser capital federal a cidade sediava as maiores empresas estatais existentes até 1960, o fato de ser sede das maiores empresas do Brasil dava ao Rio de Janeiro grandes benefícios e com a perda da capitalidade, que representou o fim do fator de atração de tais empresas, houve o esvaziamento desse setor que consistia em um dos setores mais dinâmicos da economia carioca.

Cabe ressaltar que tal esvaziamento teve caráter relativo e que a cidade apesar da mudança de status, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, ainda seria um dos principais pontos de estabelecimento de grandes empresas públicas como pode ser evidenciado pelo estabelecimento na cidade de sedes de empresas como a Eletrobrás (1961), a Companhia Brasileira de Recursos Minerais (1968), a holding Telebrás e a Nuclebrás (1974) já no período posterior a mudança da capital, essas ocorrências evidenciam que essa não pôs fim a atratividade do Rio de Janeiro no que concerne a investimentos e realização de projetos governamentais apenas a arrefeceu.

O que de fato ocorreu foi uma desconcentração da área de atuação governamental para outros pontos do país notadamente para a nova capital Brasília. Desconcentração essa que ampliou e consolidou a perda de centralidade logística para São Paulo e abalou a indústria local através da diminuição da renda circulante na economia carioca como será revisto com maior intensidade nas secções à frente.

II.3 As questões institucionais e o Estado da Guanabara.

O cenário político do Rio de Janeiro sofria de um problema crônico que o afetava devido a sua trajetória de ser sempre durante a expansão e evolução do Brasil, um ponto central ou a capital do país. Esse histórico de centralidade, aliada as medidas de tentar tornar a cidade um ponto neutro ou asséptico politicamente, faz com que os políticos e até mesmo a sociedade não debatam (ou o façam de forma precária) os problemas e estratégias locais.

Ademais, a forma de governo em vigor na até então capital federal possuía uma característica peculiar que consistia em que o prefeito da região carioca não fosse eleito pela população da cidade e sim escolhido pelo presidente da República, e seus vetos não voltavam para a Câmara dos Vereadores iam direto para análise do Senado.

Ainda sobre o quadro político temos:

“O quadro político do Rio de Janeiro era caracterizado por duas particularidades: a forte atuação de representantes de setores específicos - empresas, sindicatos e comunidades – na Câmara; e a forte polarização em torno de dois partidos: UDN e PTB, representados respectivamente por Carlos Lacerda e pelos herdeiros de Getúlio Vargas” (PEIXOTO, 2004:22)

Essa forma de organização política levou ao estabelecimento de um Rio de Janeiro despolitizado e dependente do governo federal, tal situação foi fruto da posição de centro administrativo aonde havia uma forte dominância do governo federal na política local. A falta de autonomia decorrente da sua condição de Distrito Federal seria um traço crucial da identidade política carioca.

Como sede do governo federal e ao mesmo tempo constituindo-se em um espaço de representação política da cidade do Rio de Janeiro, coloca-se um caráter dúbio nas funções que deveriam ser desempenhadas, visto que por um lado havia uma questão administrativa subordinada aos interesses federais por outro havia no campo político a defesa da autonomia para a cidade.

Nesta oposição de idéias, as questões referentes à esfera local acabavam sempre delegadas ao segundo plano, gerando com isso um problema institucional na região visto que seus cidadãos e políticos enxergam antes a esfera nacional que a regional.

A criação da Guanabara, como forma institucional que viria a vigorar após a mudança da capital para Brasília, foi fruto de um debate que ocorreu na sociedade carioca principalmente a partir de 1958, ganhando corpo na mídia segundo Osório (2005), com o ciclo de debates organizado pelo jornal o Correio da Manhã, um dos maiores veículos de comunicação impressos do país, intitulada “O que Será do Rio”?.

Contudo tal discussão não era levada muito a sério devido à descrença existente quanto a real efetivação da proposta, existem na época diversos indícios de tal fato, por exemplo, a declaração de Israel Pinheiro, então presidente da empresa responsável pela construção de Brasília, de que não iria se mudar para lá em 1960.

O despreparo institucional da região também pode ser visto pelo fato de que em 1960 as vésperas da transferência da capital ainda não havia definida de forma clara qual seria a

nova conformação institucional que seria estabelecida após a mudança. Em 21 de Abril de 1960 ocorre o estabelecimento de Brasília como sede do poder e nova capital do Brasil e não havia sido definido ainda o arcabouço jurídico político da antiga capital federal.

Dentre as tentativas de definição da nova Institucionalidade a ser criada, podemos destacar a criação da Comissão Mista pelo Congresso Nacional a fim de explicitar a Institucionalidade formal da nova e da futura ex-capital. No entanto, na mesma só se equacionou as questões referentes à Brasília ficando sem resposta as relativas ao Rio. Outra tentativa foi empreendida na época por Menezes Côrtes e não chega sequer a entrar em votação.

Sem uma definição e com o tempo se esvaindo rapidamente, é aprovada em 12 de abril de 1960 a criação do Estado da Guanabara, que era um substitutivo realizado com base em vários projetos anteriores e que ficou conhecido como Lei San Tiago Dantas (nome do autor da proposta). E é dentro desse cenário, sem a existência de um planejamento local que surge o Estado da Guanabara.

Para essa decisão de criação de um Estado autônomo pesou a tradição da cidade-estado e a conveniência oriunda da manutenção da receita proveniente do fato da cidade manter seu status de município e também de estado, trazendo o benefício de arrecadar tributos municipais e estaduais.

O Estado surge envolto por um cenário de elevada perda de participação dentro da indústria nacional, com a máquina pública em situação de enorme fragilidade gerencial e com a infra-estrutura física fortemente enfraquecida devido aos elevados índices de crescimento urbano enfrentados pela região.

Tal crescimento urbano e ocupação territorial ocorriam, todavia “aos pulos” uma vez que grandes áreas eram mantidas vazias, como reserva de valor. Isso era possível pelo fato do Estado não possuir uma estratégia de uso do solo que desestimulasse a retenção de terrenos por parte de seus proprietários e pelo estímulo dado ao sistema de transportes através de subsídios ao combustível que permitiam que empreendimentos imobiliários fossem realizados a distâncias cada vez maiores.

Com isso em sua constituição o novo estado herda um enorme déficit habitacional, que afetava diretamente as camadas menos favorecidas da sociedade trazendo como consequência

a multiplicação do número de favelas, que nessa época eram a única opção viável para as classes pobres se localizarem próximas as áreas aonde trabalhavam.

Nesse período a recém criada Guanabara (ex-distrito federal) inicia suas atividades tendo a frente do seu governo provisório Sette Câmara, governador escolhido mais uma vez tendo a intenção de colocar no poder alguém “neutro”, mantendo assim o caráter asséptico da política praticada no decorrer de todo o século XX, e que ressalta mais uma vez o problema institucional entre o local x global.

Quanto à questão industrial, o Estado da Guanabara é formado não sendo mais o principal produtor industrial brasileiro, principalmente devido à expansão de seu vizinho São Paulo. Um dos fatores que levaram a essa perda foi o fato de que nos anos 1950 a frente de expansão industrial estava voltada para o setor de consumo durável que dentro da economia carioca possuía baixíssima relevância.

As indústrias de grande e médio porte foram se deslocando para outros pontos do país devido à busca por melhores acessos a fontes de matéria prima e pela busca de novos mercados. Por sua vez muitas dessas se deslocariam para o Grande Rio devido à necessidade de expansão de suas plantas industriais e pela especulação imobiliária que ocorria na cidade do Rio de Janeiro tornando os terrenos caros e escassos.

O quadro institucional que se delineou apresenta como traço marcante uma alta dependência da região fluminense de investimentos e repasses federais para o estado, uma vez que a região estava perdendo dinamismo frente aos outros estados da federação e possuía sua indústria baseada em ramos tradicionais visto que os ramos mais tecnológicos e dinâmicos se instalavam no estado de São Paulo.

Durante as décadas de 60 e 70 os investimentos federais ainda ocorreriam de maneira intensa puxados pelo período conhecido como “Milagre Econômico” que durou de 1968 a 1973 e pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) iniciado em 1974.

O II PND, que foi realizado pelo Governo Federal, tinha como objetivo promover o desenvolvimento de setores industriais de ponta na economia carioca com pesados investimentos em setores com alta densidade tecnológica e de capital. Para isso investiu-se em biotecnologia, foram fortalecidos institutos de pesquisa como a Fundação Oswaldo Cruz, e foi iniciada a produção de computadores em Jacarepaguá com a instalação da Companhia

Brasileira de Computadores (COBRA).

Esses investimentos iniciados a partir do II PND, que foi sem lugar a dúvidas após o Plano de Metas realizado por JK, o mais importante esforço estatal no sentido de empreender modificações estruturais em nossa economia, não conseguiu alcançar de maneira satisfatória seus objetivos que em muito beneficiariam o Rio de Janeiro (exceção feita ao setor petroquímico). Esse fracasso pode e deve em grande parte ser atribuído a crise enfrentada pelo país na década de 80, que obrigou o Estado brasileiro a diminuir sensivelmente os níveis de gasto público afetando diretamente sua capacidade de investimento.

Seria nesse período de estagnação sofrido pelo país na década de 1980, que o Rio de Janeiro perceberia de forma clara e acentuada sua perda de dinamismo e importância dentro do cenário nacional e que ocorreria pela primeira vez um processo de esvaziamento não só relativo como também real.

Para MOTTA (2001), essa situação era decorrente diretamente do fato da cidade ter cometido o erro de ter sido capital por tanto tempo, gerando uma excessiva dependência do governo central, dependência essa que teria impedido que a cidade se preparasse para resolver seus problemas de forma autônoma.

II.4 Impactos sobre a renda regional

Durante seu histórico de capitalidade a região fluminense desenvolveu sua indústria girando em torno da alta renda per capita gerada pela forte existência do setor público na figura de empresas estatais e seus funcionários, que de modo geral, ganhavam salários regulares e altos o suficiente para provocarem o direcionamento das atividades industriais as suas necessidades.

Esse foco fez com que a indústria aqui implementada se desenvolvesse principalmente em atividades ligadas a ramos como os de bens de consumo direto: alimentares, têxteis, vestuário e calçados. Produtos esses essencialmente voltados para o mercado doméstico e que devem se situar próximos a seus consumidores. Com a mudança da capital o fator gerador da dinâmica industrial carioca perde sua força, pois gradativamente diminui a média de renda per capita na cidade.

O setor público sempre funcionou como ‘componente autônoma’ da renda estadual,

sendo desta forma o principal responsável pela formação da estrutura urbana da cidade. Logo, com a perda da capitalidade, o Rio de Janeiro sofreu perdas de renda corrente, pois a partir de então o gasto público e privado e a massa salarial ali não mais se realizariam como outrora.

Uma importante demonstração da importância do setor governo para a economia carioca pode ser auferida a partir do estudo do Censo dos Servidores Públicos da União, feito pouco antes da transferência da capital que mostra que na região fluminense em 1958 estavam empregados e aqui viviam 45% do total do efetivo da União, que por essa época representavam um montante em torno de 246.600 empregados.

Com a transferência, esse contingente iria diminuir continuamente devido ao deslocamento desses funcionários para a nova capital. Como resultado haveria uma constante diminuição da renda corrente na cidade e assim seria prejudicada ainda mais a combatida indústria carioca, que era a essa época quase totalmente voltada para o mercado doméstico havendo baixíssima relevância do setor de exportações. Ademais a indústria já se encontrava envolta em um processo de perda de importância relativa desde o início do século XX quando começou com maior impulso o crescimento do setor industrial paulista.

Tal processo ocorria, pois o setor produtivo carioca já operava com custos elevados devido ao alto valor dos terrenos, aos impostos e taxas mais elevados e aos rígidos controles existentes sobre a realização de novas obras e construções. A junção desses elementos fazia com que houvesse um grande incentivo a transferência de município e desestimulava a atividade industrial na Guanabara.

Essa situação leva a uma diminuição do dinamismo econômico da região frente a outros centros, diminuindo assim a capacidade local de gerar empregos e renda dentro do cenário nacional. Exemplificando essa situação podemos acompanhar a evolução da participação do PIB carioca comparativamente com o restante do Brasil conforme mostrado na tabela abaixo:

	1960(%)	1970(%)	1980(%)	1990(%)
São Paulo	34,7	39,4	37,7	37,2
Rio de Janeiro	17,0	16,7	13,7	10,9
Minas Gerais	10,1	8,3	9,4	9,3
Paraná	6,4	5,4	5,8	6,3
Rio G. do Sul	8,8	8,6	7,9	8,1
Outros	11,1	9,2	9,9	10,9
BRASIL	100	100	100	100

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IPEADATA (IPEA, 2005).

Podemos perceber que durante a década de 1960 a situação do Rio se manteve constante dentro do cenário nacional, isso se deveu ao fato de que embora a capital já fosse a cidade de Brasília, essa ainda não havia se estabelecido de fato, o que fez com que as mudanças institucionais e produtivas ainda não fossem sentidas sobre a região.

Inclusive havia as vésperas da década de 60 a percepção por parte dos políticos locais de que:

“(...) o Rio de Janeiro continuaria sendo a capital de fato, e, portanto, a transferência só lhe traria benefícios, pois ganharia autonomia mantendo a capitalidade.” (OSÓRIO, 2005:122)

Durante a década de 70, a situação do país como um todo foi fortemente ajudada como já salientado pelo “milagre econômico” ocorrido entre 1968-1973 e pelo II PND que realizou vultosos investimentos por todo país, havendo uma grande geração de postos de trabalho no Brasil. Entretanto a região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou um desempenho abaixo da média nacional no período devido ao baixo dinamismo de sua economia e principalmente do seu setor industrial.

No período de 1970-1990 há cidade já sofre de maneira mais acentuada os impactos sobre sua economia havendo uma perda de participação de 16,7% para um nível de 10,9% de participação relativa dentro do PIB nacional, o que demonstra que os impactos, embora com uma pequena defasagem, atingiram a cidade afetando sua centralidade e importância dentro do Brasil.

A perda da capitalidade gerou perdas para o Rio de Janeiro, no entanto o estabelecimento do Estado da Guanabara (cidade-estado) que implicava em dupla tributação deu uma situação fiscal extremamente confortável até 1975, ano da fusão. Além disso, embora não fosse mais a capital federal a cidade não se encontrava abandonada pelo poder central como pode ser visto nas metas e objetivos traçados para a região no II PND.

Inicialmente percebemos que a mudança da capital não pode ter revelado uma crise, pois o que estava ocorrendo era apenas uma perda relativa, visto que o Rio de Janeiro embora ainda crescendo e sendo uma das mais dinâmicas zonas do país não conseguia mais acompanhar o ritmo de São Paulo e dos novos centros surgidos após a evolução do processo de desconcentração industrial ocorrido no Brasil na década de 1970 pelo II PND.

Esse processo de desconcentração industrial para outras partes do Brasil visava promover uma industrialização mais homogênea pelo território brasileiro aumentando assim a importância relativa das regiões periféricas. Entretanto, o Rio não se beneficia dos efeitos da desconcentração produtiva ensejada pela política econômica da época. Segundo Robson Silva:

“Na segunda metade da década de 1970, a indústria do Rio de Janeiro sofreu a segunda maior redução relativa do país (cerca de 4,6%) e, à exceção de um único gênero (Material de Transportes, notadamente construção naval), todos os demais sofreram perdas de participação, com especial destaque para os produtores de bens intermediários”(SILVA, 2004:51)

O único setor que viria a se expandir e se consolidar a partir do II PND seria o da atividade petrolífera na Bacia de Campos que é notadamente até hoje um dos sustentáculos mais fortes da economia carioca, permanecendo os outros setores ainda sem relativa importância dentro do cenário industrial brasileiro.

Ainda segundo Robson Silva:

“1970 e 1980, o índice de crescimento real acumulado da indústria de transformação brasileira ficou em torno de 135,9%. Tanto a economia paulista (106,2%), quanto a fluminense (51,9%) apresentaram expansão aquém do percentual nacional. Vale lembrar que nesta década, teve início o processo de desconcentração produtiva que buscou aumentar a importância relativa da periferia nacional no que concerne à produção manufatureira brasileira.” (SILVA, 2004:54)

E foi exatamente na década de 1970 que foi iniciado o processo de espraiamento industrial promovido pelo governo central e onde São Paulo e Rio de Janeiro como fruto desse processo e não de qualquer crise real perderam importância relativa dentro da indústria nacional. Foi nesse momento também, que foi dado início a fase da etapa pesada da industrialização nacional.

Vemos que a transferência da capital ao diminuir a renda corrente que abastecia e motivava a existência e o crescimento da frágil indústria carioca e ao minimizar a atratividade da cidade sobre o capital financeiro nacional, atua de maneira mais incisiva sobre o Rio de Janeiro do que seria de se esperar de um mero fenômeno revelador de uma crise que já estava sendo gestada, podendo assim ser caracterizada como um fator importante para crise que enfrentaria a região, e não como apenas um revelador de uma crise.

Os problemas causados pela mudança da sede de governo foram acentuados visto que a centralidade econômica sustentava-se mais na capitalidade e em suas conseqüências do que na força da economia local.

No entanto, colocar tal fenômeno como fator chave ou único para as perdas enfrentadas pela economia carioca, principalmente na década de 1980, nos parece também errôneo, visto que outros fatores como: a inoperância do empresariado local frente aos fenômenos que o rodeiam pelo menos desde o início do século XX, a marcante falta de planejamento local por parte dos políticos cariocas, a crença de que o Rio de Janeiro tinha segundo Lessa (2000), “assinado um pacto com a prosperidade” e a forte crise enfrentada pelo país, que obrigou a diminuição dos investimentos e gastos federais, atuariam conjuntamente com igual ou até maior importância do que a mudança da capital sobre a economia carioca levando ao seu enfraquecimento.

II. 5 A composição do emprego por ramo de atividade

Essa grande quantidade de mudanças enfrentada pelo Rio de Janeiro teve como sua última etapa à fusão imposta pelo governo federal em 1975 que uniu a Guanabara ao seu entorno que na época era pobre, atrasado e vazio. A fusão também representou para o Rio, a transformação desta em apenas mais uma cidade fluminense acabando com o status diferenciado possuído desde 1834 quando transformada em Município-Neutro.

O crescimento acelerado da cidade do Rio ao longo dos séculos, visto que ela foi o primeiro conglomerado populacional urbano do Brasil, não foi acompanhado por um adequado atendimento das necessidades de emprego e de desenvolvimento produtivo que se impuseram. A tabela 2 nos dá uma idéia da composição do emprego no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro².

Tabela2: Composição da ocupação (%), por ramo de atividade no Brasil, Brasil Metropolitan (BRM) e Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ):

	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	BRASIL	BRM	RMRJ	BRASIL	BRM	RMRJ	BRASIL	BRM	RMRJ
1970	45,8	4,8	2,4	17,6	32,2	25,9	36,7	63	71,7
1980	29,6	2,3	1	24,9	35,7	27,8	45,5	62	71,2
1991	22,8	2	1,1	22,6	29,1	22,2	54,6	68,9	76,7
2000	19	1,8	0,6	19,7	22,5	17,5	61,2	76,2	81,9

Fonte: Extraído de LOUREIRO (2006:72).

Pode-se perceber que ocorre uma expansão na área relativa ao setor de serviços em todo Brasil e que na RMRJ esse percentual relativo ao setor de serviços é maior do que a média nacional, além disso, afere-se também que a participação do setor agropecuário na RMRJ é inexpressiva e que a indústria ao contrário do que ocorre no país sofre uma perda de participação fruto das políticas equivocadas implementadas na metrópole e da perda da capitalidade.

² Entende-se como região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), em seus limites oficiais de 2000, composta de 19 municípios. A região, além do município-sede do Rio de Janeiro, conta com os municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados e Japeri, esses juntos formam a sub-região da Baixada Fluminense ao norte; os municípios de Niterói, São Gonçalo, Magé, Itaboraí, Maricá, Guapimirim, Tanguá ao leste; e ainda Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica e Paracambi ao oeste. A metrópole carioca, assim definida, ocupa uma área de 5.630 Km², equivalente a 12,4 % da superfície do estado do Rio de Janeiro, ficando ao centro o município do Rio, dentre eles o maior em área (1.171 Km²)

O que ocorre de fato na região é uma progressiva substituição da atividade industrial (que principalmente na década de 1980, vê seu principal fomentador que era o governo federal tendo de cortar gastos e investimentos para enfrentar a crise pela qual passava) pelas atividades referentes ao setor de serviços que se expandem continuamente até atingirem 81,9% frente a apenas 17,5 % de taxa de ocupação na indústria, demonstrando o enfraquecimento contínuo do setor sem haver uma tendência de reversão.

A indústria carioca e fluminense inicia seu processo de erosão a partir da arrancada paulista no início do século XX e tem na década de 80 com o cessar do período de crescimento nacional expostas às fragilidades de sua base industrial. Nesse momento sua alternativa de sustentação foi apoiar-se no setor de serviços que ainda possuía relevância nacional.

A análise do período que vai de 1970 até o ano 2000 mostra que dentro dos diversos ramos de atividade industrial a área só não apresentou perdas relativamente ao resto do país nos ramos ligados as atividades extrativas, o que expõe claramente o processo de esvaziamento industrial vivido pela RMRJ. Houve por exemplo o quase desaparecimento de ramos tradicionalmente importantes como o da indústria têxtil e de calçados em termos nacionais.

Para a instalação de empresas em seu território a falta de infra-estrutura também se apresenta como geradora de problemas, visto que em termos de saneamento, energia e transportes, principalmente o interior do estado apresenta péssimos níveis de oferta de tais necessidades básicas a instalação industrial. A todas essas debilidades apresentadas vem se somar a perda ocorrida em 1960 do principal fator de atração de empresas tanto públicas como privadas que era o fato de ser a capital do Brasil.

Ocorre também, apesar de haver alta produção de pesquisas em diversas áreas e a qualificação de pessoas em universidades e demais entidades de ensino (como aponta o relatório RIO 2000), pouca inserção do Estado em setores tecnologicamente avançados, se convertendo em um exportador de mão-de-obra qualificada para o restante do país.

CAPÍTULO III-OS GOVERNOS PÓS-1960

Introdução

O 3 bloco analítico objetiva efetuar um posicionamento de como a situação política da cidade ficou estabelecida após a mudança de capital tornar-se um fato. Para isso iniciamos o capítulo a partir de seu primeiro governo provisório o qual teve como governador Sette Câmara e vamos discorrendo sobre as principais características que seriam comuns aos governos subseqüentes e que trariam conseqüências, impactos benéficos ou não para a cidade nos últimos 50 anos.

Dentre essas características que seriam comuns entre governadores como Carlos Lacerda (1960-65), Leonel Brizola e Anthony Garotinho ,podemos usar como exemplo, o fato de posicionarem a cidade como um espaço de oposição ao governo central embora fossem altamente dependentes de investimentos e iniciativas realizadas pelo mesmo.

Além disso, realizamos uma breve exposição de alguns estudos que foram realizados na cidade com o objetivo de reverter à tendência de enfraquecimento industrial que pairava sobre a cidade.

III. 1-O Governo Provisório e os governadores subseqüentes

Conforme já exposto acima a criação do Estado da Guanabara é feita as pressas e se inicia através de um governo provisório, cujo governador escolhido por Juscelino Kubitscheck foi o então chefe da casa civil de governo o diplomata Sette Câmara.

Seu governo que teria a duração de menos de um ano, indo de abril a dezembro de 1960, e concentraria suas ações em um conjunto de medidas emergenciais. No campo estratégico realiza uma consulta a sociedade civil perguntando quais seriam suas expectativas após a mudança da capital e quais estratégias seriam mais adequadas para a região. Como resultado, proporia ações visando solucionar problemas de infra-estrutura em geral, além de propor investimentos na região em educação e saúde.

A criação da Guanabara em 1960 criou uma situação ímpar para a ex-capital federal, esta agora se encontrava em uma peculiar situação sendo uma cidade-estado e isso implicava

em dupla tributação que a deixava em uma confortável situação fiscal (que “amenizaria” inicialmente os impactos da migração da capital), situação essa que perduraria até 1975 quando houve a fusão.

O primeiro governo eleito da Guanabara foi o de Carlos Lacerda (1960-65) e esse ao ser eleito, possuía grande afinidade com o também recém eleito presidente Jânio Quadros, a partir disso, obteve inicialmente importantes acordos. No entanto tal afinidade com o governo Federal durou até meses depois, quando Lacerda denunciou uma suposta conspiração arquitetada por Jânio e seu ministro da Justiça, conspiração essa nunca comprovada e cuja denúncia trouxe acentuadas perdas políticas para a Guanabara.

As divergências com o governo federal estariam sempre presentes durante o período e iniciariam já no primeiro governo eleito da Guanabara uma das características de nossa região que notamos em maior ou menor grau até os dias atuais, a de ser vista como um espaço de oposição ao governo central.

Exemplificação disso pode ser vista no governo de Carlos Lacerda e em governos posteriores como o de Leonel Brizola e mais recentemente Antony Garotinho. Esses embora fossem governadores de um Estado altamente dependente do governo central, fizeram oposição a esse durante praticamente todo o mandato o que levou a um fraco investimento federal no território carioca durante um período acentuado de tempo.

Para Mauro Osório:

“(...) a primeira metade da nova Institucionalidade formal (...), não posso deixar de destacar o êxito significativo do primeiro governo da Guanabara na organização, modernização e gestão da máquina pública.” (OSÓRIO, 2005:173)

No entanto no campo industrial:

“(...) os governos estaduais não dão conta, (...) da definição de uma estratégia adequada para a nova unidade federativa” (Idem, Idem: Idem)

A elaboração de uma nova via de desenvolvimento para o Rio de Janeiro seria feita através de diversos estudos, tendo em vista o fraco desempenho da indústria carioca no

cenário nacional, fato que vinha se acentuando sem mostrar tendências de regressão, principalmente desde o explosivo crescimento da indústria paulista a partir da década de 1920. Na década de 50 começariam a ser elaborados estudos referentes à como parar e até mesmo reverter a tendência de encolhimento da participação carioca no valor bruto da produção industrial nacional.

No entanto foi entre 1967 e 1970 que ocorreu de fato uma conscientização de que a perda da centralidade era um fenômeno irreversível e cada vez mais iminente e isso levou a formulação de diversas políticas de indução econômica. Para tal foram elaborados diversos estudos, tendo sido considerados os mais relevantes para o presente estudo: "O Diagnostico preliminar da Guanabara (Astel, 1967)," A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (Fiega/Cirj, 1969), "Rio ano 2000(Guanabara, Comissão do Ano 2000) e o Mapa Econômico da Guanabara. Estes serão brevemente descritos abaixo:

“Diagnóstico Preliminar da Guanabara”: concluiu que não se poderia falar em uma crise particular e de longo prazo que estaria afetando a Guanabara nos anos 1950 e 60, não estaria havendo um esvaziamento econômico no Rio e sim que estaríamos passando por uma crise conjuntural. Apesar disso, considerava que essa sensação de esvaziamento estaria afetando negativamente os investimentos econômicos privados na região, visto que esse depende da expectativa dos agentes.

“A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro”: pretende estudar quais seriam as motivações para a separação dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o foco da análise recaí sobre as características econômicas, políticas e administrativas, para daí realizar a análise da separação institucional existente entre as duas unidades e postular sobre a possibilidade ou não de se realizar a fusão entre elas.

Por haver desconsiderado que o dinamismo da Velha Província tinha em suas fontes fortes injeções de recursos federais, o autor aponta que a Guanabara vivia um processo claro de estagnação industrial, pois estava sendo afetada por deseconomias de aglomeração. Assim, estaria havendo um processo de derramamento ou esvaziamento da região central em prol de seu entorno. Essa conclusão era fruto de um erro ao analisar a situação da região como um todo e demonstrava o caráter genérico e pouco condizente com a realidade dos programas econômicos da época e das soluções postuladas para sua equação pelas autoridades.

Apoiou a fusão da Guanabara com a Velha Província a fim de proporcionar a criação

de uma unidade político-administrativa com melhor organização e reforçando a partir dela o papel da cidade como metrópole regional, por esta possibilitar investimentos da região central na infra-estrutura de sua área periférica de forma mais racional e aumentar a capacidade de pressão da área sobre o governo federal que sempre foi e pode-se dizer que até os dias de hoje, ainda é o principal fundamento institucional do desenvolvimento da economia estadual.

“Rio Ano 2000”: Realizado em fins da década de 60 pelo governo do estado, tem como inovação, a introdução de uma ênfase em uma política tecnológica para a área industrial (devido à existência na região de centros de pesquisa de Universidades), expandindo setores de base tecnológica que seriam mais dinâmicos e que até então estariam subutilizados em detrimento do setor de serviços.

Entrou em consonância com a idéia que o governo federal possuía para os investimentos a serem realizados no estado do Rio de Janeiro pelo II PND. No entanto, embora tais investimentos pudessem gerar bons frutos, tanto o estado quanto o governo federal, não explicitaram a importância fundamental de esses projetos e investimentos serem desenvolvidos pelos industriais e investidores cariocas e fluminenses ou realizados de maneira que envolvesse o empresariado e a sociedade nestes.

O resultado foi que o estado tornou-se dependente mais uma vez do governo federal e esse se viu na década de 1980, impossibilitado por grave crise externa, de manter seu cronograma de investimentos, o que ocasionou a paralisação ou suspensão de investimentos e obras, levando o Rio de Janeiro a uma grave crise na qual ocorreria um esvaziamento econômico real frente a outras unidades da federação.

Para alguns autores como Rocha (1997) o sistema produtivo do Rio seria pouco especializado, tendo um alto predomínio de atividades terciárias exercidas por uma mão de obra não especializada e com rendimento médio baixo e isso ocorreria em todos os setores de atividade, independente de características de qualificação da mão de obra, o que seria fruto da má qualidade dos postos oferecidos.

“Mapa econômico da Guanabara”: Postula que no caso carioca há separação entre a Guanabara e o Estado do Rio representava uma importante barreira administrativa à integração da região, sendo este um importante obstáculo a ser superado.

Coloca que estaria havendo uma dispersão das empresas pelo país, o que causou uma diminuição da importância do setor industrial do Grande Rio, pois levou ao desenvolvimento industrial das metrópoles brasileiras de segundo nível, sendo esta situação cada vez mais observada principalmente a partir da década de 1970 e do desenvolvimento do rodoviário.

Como podemos ver pela breve exposição dos estudos, a perda da capitalidade é seguida por uma intensificação de pesquisas, estudos e relatórios objetivando promover a expansão da área, no entanto essas não conseguem ser eficientes no seu objetivo de minimizar as perdas acarretadas a cidade pela mudança da capital, que mesmo assim se vê modernizada e com uma ampliação das políticas públicas efetivamente realizadas.

Essa inadequação da estratégia produtiva no ramo industrial é uma característica marcante da conduta referente às indústrias tanto no governo Carlos Lacerda quanto no de seu sucessor Negrão de Lima. Esse equívoco viria a somar-se aos impactos da perda da capitalidade e a falta de iniciativa do setor privado na cidade, causando a forte perda de participação do setor industrial carioca, principalmente quando atingido pela grande crise que se abateu sobre o Brasil na década de 80.

No período referente à década de 1960 mesmo com a capital no planalto já estabelecida, o dinamismo carioca se manteve próximo à média nacional. Isso se devia ao fato de que aqui estavam concentrados serviços sofisticados, o núcleo de comando do sistema bancário, a maioria das grandes empresas ainda encontrava-se aqui sediada, éramos a porta de entrada para os visitantes estrangeiros, e ainda recebíamos contínuas e crescentes injeções de gastos públicos e privados.

Além disso, no período (1960-1970) existem três forças principais que fazem com que não se perceba na região do Rio de Janeiro os impactos causados pela perda da centralidade, estas forças são segundo Osório (2005): os investimentos federais que seguem ocorrendo na região como pode ser evidenciado pela criação da Embratel e do BNH; a já citada demora da efetiva mudança da sede do poder para Brasília e por fim o período de grande crescimento vivido pelo país, que posteriormente devido a sua pujança ficou conhecido como “milagre econômico”.

No entanto um observador mais criterioso já podia constatar sem maior dificuldade que o peso econômico e político eram declinantes e a perda de centralidade estava posta por mais que os políticos e a sociedade carioca custassem a acreditar.

O governo Negrão de Lima (1965-1971) em linhas gerais da continuidade ao de Carlos Lacerda dando forte peso as obras viárias na cidade, tentando melhorar a fluidez dentro do território carioca e também com esse objetivo retoma as obras do metrô.

Mantendo o posicionamento da política regional para o setor produtivo focada na política de distritos, essas políticas que seriam adotadas pelos primeiros governos, careciam de uma análise adequada das potencialidades históricas da região, além de não considerar as interações que eram possíveis entre a economia local e a do Antigo Estado do Rio.

Para Lessa (2000) havia na cidade o diagnóstico de que seu arrefecimento industrial seria causado apenas pela elevação exacerbada do custo dos terrenos na região e que caso fossem estabelecidos distritos industriais como os de Jacarepaguá e Santa Cruz, haveria um retorno do dinamismo industrial.

No seu governo a transferência da capital para Brasília ainda não estava consolidada de forma plena e o país atravessa o chamado “milagre econômico” o que fez com que no tocante ao país não houvesse durante os anos 60 perdas significativas de participação no dinamismo nacional.

Após os primeiros governos da recém criada Guanabara ocorreria em 1 de julho de 1974, durante a presidência de Ernesto Geisel, a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro a partir de 15 de março de 1975, a região voltaria a ter a denominação de estado do Rio de Janeiro e sua situação territorial voltou a ser a mesma de antes da criação do município neutro, com a cidade do Rio voltando a ser a capital Fluminense em detrimento da cidade de Niterói.

A fusão foi feita sem consulta popular nos estados que se fundiam o que causou a insatisfação de grande parte da população carioca e fluminense. Além disso, foi nomeado como governador Faria Lima, político afiliado a ARENA, visando mudar a condição de oposição da cidade do Rio de Janeiro. Em sua sucessão, foi efetivado também de maneira indireta Chagas Freitas nome que deu origem ao termo chaguismo que viria a ser o primeiro de muitos fenômenos políticos cariocas e que denominava uma forma particular de utilizar a máquina pública estatal para vencer as eleições.

A utilização da máquina pública e das realizações efetivadas feita por Chagas Freitas possuiria muitas semelhanças com as práticas populistas de seus sucessores que fariam ocorrer nas mesmas bases o Brizolismo (Leonel Brizola 1983-1987 e 1991 a 1994) e o Garotismo (Anthony Garotinho 1999 a 2002 e Rosinha Garotinho 2003-2007) e seria um traço marcante da maneira de fazer política no Rio de Janeiro.

Essa forma de governar traria enormes prejuízos à cidade que como já demonstrado era altamente dependente de investimentos federais e não os obtinha, por ser vista como um espaço de oposição ao governo central. Essa situação é claramente percebida pelo aumento ocorrido no investimento público federal durante o atual governo Sérgio Cabral em comparação a sua antecessora Rosinha Garotinho.

Logo a partir do exposto no terceiro capítulo podemos perceber o quanto contribuiu para a perda de importância da cidade dentro do cenário nacional a falta de um conhecimento da realidade local que possibilitasse as classes dirigentes implementarem programas e ações que conseguissem reverter a tendência de esvaziamento e o quanto atitudes e posicionamentos desta mesma classe “atrapalharam” o pleno desenvolvimento da cidade após a perda do status de capital federal.

CONCLUSÃO

O Rio inicialmente fundamenta seu desenvolvimento sendo uma região central do país, pois se estabelece como eixo político-logístico-administrativo. Inicia sua trajetória como principal porto brasileiro, passando a capital do Império em 1763, a município neutro em 1834 e por fim a capital da República em 1891.

Essa trajetória como ponto central do território brasileiro sofre uma séria ruptura em 1960, quando oficialmente emerge como nova capital federal a cidade de Brasília. Inicialmente na década de 60 esse processo é atenuado como vimos anteriormente e não é sentido em toda sua intensidade entre outras coisas por não haver sido estabelecida de fato a nova capital.

A mudança da capital para Brasília foi objeto de estudo de diversos pesquisadores que acabaram basicamente se dividindo em dois grupos, de um lado os que como Jorge Natal e Ana Loureiro acreditam que esse fenômeno apenas revelou uma crise pela qual a cidade já vinha passando desde o início do século XX e por outro lado, autores como Mauro Osório que atribuem a ela a responsabilidade pelo desencadeamento da crise pela qual viria a passar a cidade.

A partir do exposto, vemos que dizer que a perda do status de capital apenas revelou uma crise já existente é uma subestimação de seu impacto sobre a região. Os impactos da transferência de capital diminuíram a renda corrente da cidade, ao promover paulatinamente a migração de empresas públicas e dos funcionários federais para a nova capital, movimento esse que foi seguido pelo setor privado, prejudicando diretamente a frágil indústria carioca que era quase que inteiramente voltada para o mercado local.

Além disso, a perda da capitalidade levou a importantes perdas relativas à função de sede financeira nacional possuída pelo Rio de Janeiro, uma vez que essa fez com que as sedes de bancos públicos como o Banco do Brasil e Caixa Econômica migrassem para a nova capital, acentuando as perdas de renda corrente. O deslocamento dos principais bancos públicos também afeta a capacidade de atração do capital privado para a cidade, levando conseqüentemente a uma posterior saída das sedes dos mesmos para outras cidades ou regiões agora mais atrativas.

O fato da dinâmica econômica do Rio de Janeiro vir sempre a reboque da sua capitalidade-centralidade criou condições muito mais dramáticas para a cidade em caso de uma perda dessa centralidade do que ocorreria caso houvesse uma maior autonomia da iniciativa privada. Essa particularidade carioca fez com que a ida da sede do Governo tivesse um maior impacto direto sobre a cidade, não sendo correto (devido ao entrelaçamento aqui existente entre dinâmica econômica e capitalidade), colocá-la como simples fator revelador de uma crise pré-existente.

Outra objeção encontrada a afirmação de que o deslocamento da capital teria revelado uma crise já vigente é o fato de que o Rio de Janeiro seguiu se desenvolvendo e diversificando economicamente durante o decorrer do século XX. O que acontecia de fato era que esse crescimento econômico em um ritmo mais baixo que a média nacional, o que, todavia não necessariamente caracteriza que a cidade passava por uma crise, somente que estava crescendo com menos fôlego do que os demais, não havendo assim uma crise real para ser revelada pela mudança da capital.

Por outro lado os que afirmam que a mudança da capital desencadeou a crise pela qual passou a cidade superestimam o papel desta como evento isolado, pois desconsideram diversas características da economia e da cultura carioca que contribuíram em igual ou até mesmo em maior escala para o desenvolvimento de uma crise, mesmo quando feita a comparação frente a outras unidades da federação.

Essa superestimação ocorreria por não ser levada em conta a importância da falta de planejamento local ocasionado pela forma como foi instituída em 1891 a capital federal e também por como foi historicamente conduzida sua política regional. O que se tentou criar foi um ambiente local neutro e de uma maneira geral os temas relativos à economia local eram suplantados pelos relativos a questões do país como um todo.

Tal situação levou a uma supervalorização das questões nacionais em detrimento das locais, que acabaram sempre sendo deixadas em segundo plano. No longo prazo, tal situação levou a existência de um desconhecimento por parte da sociedade, do empresariado e dos políticos da realidade local que sempre fora “engolida” pela política nacional sempre tão presente.

Isso fez com que para Mauro Osório (2005) houvesse uma “falta de massa crítica” sobre a realidade local, criando um empresariado pouco atuante e altamente dependente de investimentos e realizações promovidas pelo governo central na cidade. Isso acabou sendo um fator decisivo para o insucesso da indústria carioca que caso tivesse tido algum planejamento por parte da elite dirigente para tornar-se mais autônoma e menos dependente do setor público poderia ter obtido melhores resultados pós-perda da capitalidade e mesmo durante a crise dos anos 80.

Mesmo antes da mudança da capital o Rio de Janeiro embora crescendo já se mostrava sem fôlego para competir com alguns estados vizinhos, que cresciam notadamente de maneira mais acelerada como fruto da adoção de políticas de crescimento mais acertadas, do rodoviarismo, do surgimento de outros portos de destaque no país entre outros .

Após perdida a capitalidade tal processo de perdas econômicas se acentuou e teve seu ápice com a crise dos anos oitenta, é verdade, no entanto que não existem dados nem indícios de que caso o Rio mantivesse seu status de capital essa crise não o atingiria e não existem motivos para se dar maior força a perda da capitalidade do que aos outros processos de erosão industrial, logística e portuária que aconteciam simultaneamente na cidade.

Na década de 1980 sendo ainda capital ou não o governo federal iria paralisar investimentos e diminuir o gasto público afetando da mesma maneira a cidade, sendo seu maior problema a dependência do governo central e não nesse caso a mudança de status quo da cidade.

Logo concluímos, reforçando o papel da transferência da capital no enfraquecimento econômico da cidade do Rio de Janeiro, acreditando que essa devido aos fatores que foram expostos foi importante no estabelecimento do panorama de crise que se abateu sobre a cidade não tendo sido a causa primária desta, como se poderia esperar de um fenômeno que desencadeia uma crise e nem tampouco tendo sido uma mera coadjuvante como seria de se esperar de um fator apenas “desmascarador” de uma crise visto que causou ao Rio de Janeiro fortes perdas econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Pereira Passos, 2008

ABREU, M.P. A ordem do progresso: Cem anos de política republicana 1889-1989. Rio de Janeiro (RJ): Editora Campus, 1995.

CAMPOS, A. A evolução do transporte de cabotagem no Brasil. Disponível em <http://pt.oboulo.com/evolucao-do-transporte-decabotagemno-brasil-21905.html> visitado em 03/01/2011.

CHAGUISMO. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Chagas_Freitas > Acessado em 19/01/2011.

CNT. Pesquisa CNT Aquaviária: portos, cabotagem e navegação interior. Rio de Janeiro (RJ): CNT, 2002.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª Ed. São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional: PUBIFOLHA. 2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

LESSA, C. O Rio de todos os brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2000

LOUREIRO, A. Rio de Janeiro: Uma Análise da perda recente de Centralidade. Belo Horizonte (MG): Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, 2006

MOTTA, M. S. A Fusão da Guanabara com o Estado do Rio: Desafios e Desencantos. IN: AMÉRICO FREIRE, C. E. & MOTTA, M. S. (org.). Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas, 2001.

_____. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. Estudos Históricos - Cultura Política, Rio de Janeiro (RJ), v.13, nº 24, p.351-376, 1999.

NATAL, J.L. O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social. Rio de Janeiro (RJ): Publicati/FAPERJ, 2005.

_____. *O Estado do Rio de Janeiro no Limiar do Século XXI – História, diagnóstico e Perspectivas de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro (RJ): IPPUR-UFRJ, 2001. (relatório de pesquisa).

OSÓRIO, M. Rio Nacional Rio Local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. 1ª Ed. Rio de Janeiro (RJ): Senac Rio, 2005.

PEIXOTO,S. Política Industrial no Estado da Guanabara de 1960 a 1965.Rio de Janeiro(RJ).Instituto de Economia UFRJ,2004.

ROCHA, S. Tendência evolutiva e características da pobreza no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ): IPEA, 1997. 18p. (Texto para discussão, n.536). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0536.pdf>>.Acesso em 20 de Dezembro de 2010.

SILVA, R. Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-200). Campinas (MG): Instituto de Economia – Unicamp, 2004.

SUZIGAN,W. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro(RJ) Ed.: IPEA/INPES,1975.